

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER EM ASSENTAMENTOS RURAIS ¹

Ana Elizabete Moreira de Farias²

Maria Lucinete Fortunato³

Mariana Moreira Neto⁴

A I Conferência Nacional: por uma Educação Básica do Campo, a sistematização das experiências dos Movimentos Sociais – exemplo, o setor de educação do MST -, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo⁵, são exemplos das transformações que se processaram no âmbito da educação nacional e, sobretudo, do campo, contribuindo imensamente para que esta fosse incluída no contexto da educação nacional proporcionando o envolvimento com a construção de um novo projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira. Aliada a outras ações em âmbito regional e estadual essas transformações possibilitaram a abertura das questões da educação para outros setores da sociedade, além de ressaltar a importância da elaboração e execução de políticas públicas para a educação do campo.

Nesse contexto, situa-se a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro - RESAB, criada em 1998, enquanto espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores/as, instituições governamentais e não-governamentais que atuam na área da educação no Semi-árido Brasileiro (SAB). Essa rede objetiva a construção e implementação de uma política pública de educação inclusiva e contextualizada que vincule os currículos e as metodologias às formas de vida e às problemáticas específicas da região, valorizando os saberes populares, visando a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional público, no intuito de consolidar uma proposta político-pedagógica de educação para o SAB, através do diálogo dos diversos sujeitos e de suas experiências. visando a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

Na Paraíba, o debate sobre a educação contextualizada e a formulação e implantação de políticas públicas de educação que contemple a realidade climática, social, econômica, cultural e ambiental do SAB, teve início no final do ano de 2003. Neste período foi constituído o Grupo Gestor da RESAB no Estado, com a colaboração de várias secretarias

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local para Além das Fronteiras: Fontes de pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Bolsista PIBIC/CNPq/UFCEG, Aluna da Graduação em História da UFCEG/CFP/UACS, e-mail anaelizabete82@yahoo.com.br

³ Professora Doutora em História (Orientadora), UFCEG/CFP/UACS, e-mail mlucinete@uol.com.br

⁴ Professora Mestra em Sociologia (Co-Orientadora), UFCEG/CFP/UACS, e-mail moreiramariana@uol.com.br

⁵ A institucionalização das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (Parecer 36/2001 CNE/CEB) definiu, entre outras coisas, a identidade das escolas do campo; a necessidade do diálogo entre a sociedade civil organizada, movimentos sociais e o poder público; e, a articulação entre educação e a realidade etc.

municipais, de entidades que lutam pela melhoria da educação e de alguns setores da sociedade civil organizada. Como desdobramento dessa articulação foram realizadas Pré-conferências nas cidades de Cajazeiras, Patos e Campina Grande com o intuito de ampliar e aprofundar o debate sobre a educação escolar e a convivência com o Semi-Árido. As discussões desenvolvidas nessas Pré-conferências serviram de base para a I Conferência Estadual de Educação para a Convivência com o Semi-Árido, na qual foram debatidos os seguintes temas: currículo contextualizado e material didático; formação de professores/as; gestão educacional e educação do campo.

Na Paraíba as ações da RESAB têm buscado ampliar o debate sobre educação contextualizada e procurado intervir na formulação e implantação de políticas públicas de educação que contemplem a realidade climática, social, econômica, cultural e ambiental do SAB, construindo subsídios para o processo educacional pensado para essa região, englobando desde o livro didático, currículo e metodologia contextualizados, à formação de professores, tendo como pilar de sustentação a proposta de convivência com o semi-árido.

No Alto Sertão da Paraíba entidades como a CPT/Sertão – Comissão Pastoral da Terra/Sertão - PB, a Rede Educação do Alto Sertão⁶ e a CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano, que integram a RESAB, estão protagonizando a discussão sobre a educação no campo em consonância com os princípios da convivência com o semi-árido, da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, buscando unificar as ações políticas e administrativas nos assentamentos da reforma agrária. A inserção destas entidades no debate sobre educação contextualizada explica-se como consequência do processo de luta pela terra e de permanência na terra e das reflexões produzidas ao longo deste processo.

Criada em agosto de 1988, a CPT/Sertão, nas últimas duas décadas, esteve no centro das discussões sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores sem-terra, discutindo e refletindo a realidade, trabalhando a formação política e as questões que permeiam o cotidiano das relações sociais do semi-árido. Essa entidade nasceu como uma tentativa de construção de uma articulação política e pastoral para a luta dos trabalhadores sem-terra no Alto Sertão da Paraíba, iniciada na década de 80 do século passado, com a reivindicação de *terras-de-trabalho* em bacias de açudes públicos. Em meados dos anos 90 essa luta assumiu novas configurações quando a luta pela terra e pela permanência nela passou a reivindicar a desapropriação de terras improdutivas em propriedades privadas.

Como desdobramento desse processo, a partir da segunda metade da década de 90 surgiram vários assentamentos em municípios do Alto Sertão despertando a necessidade de

⁶A Rede Educação do Alto Sertão surgiu como resultado do II Seminário sobre Educação do Campo, realizado em Cajazeiras, nos dias 09 e 10 de abril de 2005. O seminário refletiu sobre a convivência com o semi-árido no Alto Sertão Paraibano na perspectiva do debate sobre uma educação do campo, de qualidade, que respeite as especificidades e diversidades dos sujeitos e que evidencie as potencialidades e possibilidades que o campo oferece.

formação de uma entidade para coordenar e conduzir a articulação política e o debate sobre os rumos e os desdobramentos da luta pela terra e pela permanência na terra nesta região. Como resposta a esta demanda surgiu, em 2001, a CAAASP que articula e dá um direcionamento à referida luta e às propostas surgidas das associações dos diversos assentamentos.

Já a Rede Educação do Alto Sertão⁷, constituída por várias entidades e instituições (associações dos assentamentos, UFCG, RESAB, CPT/Sertão, CAAASP, secretarias municipais de educação), também tem contribuído com a qualificação de professores e professoras que exercem o magistério na região do SAB, a fim de possibilitar a construção de currículos contextualizados, por meio do comprometimento das escolas na construção da proposta de Convivência com o semi-árido. Além disso, a rede acompanha os projetos de educação desenvolvidos nos assentamentos e acampamentos.

Apesar do esforço empreendido por estas entidades, constatamos a existência de várias dificuldades para operacionalização de uma proposta de educação contextualizada nesta região, em virtude dos inúmeros problemas que atingem o campo, como por exemplo: o fato de que nem todos os assentamentos dispõem de escolas; a distância da escola em relação às casas dos/as alunos/as; a falta de transportes; a precariedade de infra-estrutura das escolas existentes, a inadequação do trabalho pedagógico. Além disso, a escola e o livro didático ignoram a realidade local – o cotidiano, o jeito de viver, de produzir a vida, as relações/interações com a natureza, com a cultura, a visão de mundo e as formas de relação campo/cidade/campo – veiculando uma visão urbanista de sociedade “(...) muitas vezes encorajando o abandono do campo e criando expectativas em relação aos ‘encantos da cidade’⁸.

Nesse contexto, desconsidera-se que a experiência e a compreensão da convivência podem ser elementos fundantes de uma prática política que vai além da questão escolar e envolve todas as dimensões da vida sendo essencial para a (re)elaboração de novas subjetividades e de relações sociais e políticas mais propositivas que possam contribuir para mudar as condições da educação do SAB, onde, historicamente, as populações do campo e suas formas de ser e viver foram relegadas a um segundo plano.

Portanto, observa-se uma necessidade de que a educação, sobretudo a escolar, tenha como parâmetro a contextualização da educação, relacionando-a à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável e ligando-a diretamente à melhoria das condições de vida dos atores e atrizes sociais, no sentido de reconhecer o SAB como campo de possibilidades e

⁷ A Rede Educação do Alto Sertão surgiu como resultado do II Seminário sobre Educação do Campo, realizado em Cajazeiras, nos dias 09 e 10 de abril de 2005. O seminário refletiu sobre a convivência com o semi-árido no Alto Sertão Paraibano na perspectiva do debate sobre uma educação do campo, de qualidade, que respeite as especificidades e diversidades dos sujeitos e que evidencie as potencialidades e possibilidades que o campo oferece. O I Seminário Educação Básica no campo no Alto Sertão paraibano aconteceu na cidade de Cajazeiras nos dias 29 e 30 de julho de 2003 e configurou a primeira tentativa de construção de saberes para a convivência com o Semi-árido Brasileiro.

⁸ RELATÓRIO CPT/SERTÃO, 2005, p. 11

potencialidades,. Para que isso ocorra, faz-se necessário “descolonizar” os currículos e os livros didáticos, mudando a visão de uma educação meramente conceitual, teórica, abstrata e especulativa, para uma educação que contemple conhecimentos pertinentes e integre saberes.

Significa romper com uma indústria que efetivamente coloniza o dia-a-dia das nossas escolas, através, principalmente, dos livros didáticos, que nos chegam prontos e cheios de uma cultura inútil, que contradiz, inclusive, as próprias propostas oficiais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois nem os temas transversais estão sendo abordados no sentido de abrir para a imensa diversidade brasileira⁹.

De acordo com essa perspectiva, a construção do currículo e a elaboração dos livros didáticos devem levar em consideração a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a contextualização, democratizando os saberes historicamente construídos e os recursos tecnológicos disponíveis na sociedade. A compreensão de contextualização do currículo não deve ser pautada apenas no localismo, devendo estender os olhares dos/as estudantes para outros horizontes, uma vez que “o conhecimento da realidade implica em ir além das questões mais próximas das experiências vividas pelos educandos”¹⁰.

Nesse contexto, as experiências que estão sendo desenvolvidas pela RESAB , a exemplo da elaboração de material didático-pedagógico, apontam para uma produção coletiva de novos significados para educação do SAB, que reconheça a contribuição de alunos/as, professores/as e da comunidade através de suas experiências, rumo a uma nova perspectiva de escola, mais inclusiva, viável e de qualidade. Essa postura proporcionará ao aluno/a passar de mero espectador/a à protagonista estabelecendo uma relação de reciprocidade entre o seu próprio mundo e o conhecimento (conteúdo).

O livro “Conhecendo o Semi-árido: educação e contexto”¹¹ é uma das primeiras iniciativas nesse sentido. As questões levantadas pelas autoras visam o diálogo entre cotidiano e conteúdo científico, possibilitando aos estudantes “(...) degustar o sabor de aprender, conhecendo o espaço onde vivem”¹². De acordo com as autoras,

O desafio é propor um material didático que valorize a história de vida das pessoas, a linguagem, percebendo a diferença e diversidade como riquezas para a construção de fazeres e saberes, das diversas formas de expressão do povo que habita o semi-árido, ter essa história como ponto de partida para a sistematização de conhecimentos. Valorizar as histórias contadas pelo povo, as brincadeiras, as vivências, as opções de lazer, as possibilidades de convivências, os desejos, as subjetividades, as relações com o ambiente (social e natural),

⁹ RELATORIO RESAB, 2004, p. 09.

¹⁰ RELATORIO RESAB, 2004, p. 16.

¹¹ As autoras - entendendo o livro didático descontextualizado como instrumento com alto potencial de poder que reproduz discursos e práticas discriminatórias que apresenta o semi-árido como inviável, lugar feio, seco e ruim de se viver - reforçam a idéia de produzir um livro que dê sentido e significado ao SAB abordando e valorizando os aspectos sociais, culturais e ambientais, aproximando os/as alunos/as da realidade que os cerca, mostrando que essa região é um lugar que possui viabilidade política, econômica, social e cultural, com suas próprias formas de ver, sentir e viver o mundo, abordando questões como o beneficiamento de frutas, a agricultura familiar, o uso de matéria orgânica e o aumento da produtividade sem degradar o ambiente. Novos olhares sobre um mundo “reconhecível”, onde o “caqui” é substituído pelo umbu, onde a caatinga possui qualidades que superam o “cinza” dos atuais livros didáticos.

¹² LINS; SOUSA; PERREIRA, 2005, p. 9

tudo isso aproveitado de forma significativa¹³.

A importância do livro didático contextualizado também está no fato de considerar o caráter multiétnico da sociedade que habita o semi-árido, a qual foi historicamente constituída a partir de uma diversidade cultural que se formou no trânsito entre a singularidade e a originalidade de linguagens, valores, símbolos e modos do comportamento trançados pelas pessoas no seu processo histórico de relação com outras pessoas, outras culturas, outras realidades.

No que se refere à formação de professores o que se observa é que, no semi-árido, esta formação não tem considerado a importância da contextualização no processo de ensino/aprendizagem, agravado pela “desprofissionalização” - simbólica e material - do magistério “(...) [onde] os professores cada vez mais se limitam a serem operadores do ensino, relegado a um papel alienado”¹⁴. Essa situação não considera que a educação extrapola o espaço escolar, abrangendo um mundo de possibilidades, comportando as múltiplas e diversas realidades.

No relatório de avaliação da Rede Educação da CPT/Sertão a limitação na formação de professores é apontada como uma barreira a ser vencida quando se considera as

Dificuldades dos professores das escolas dos assentamentos [em construir] práticas educativas significativas para os povos do campo. Isto ocorre como consequência da precária qualificação dos professores cujo olhar centrado numa visão urbana dificulta enxergar e trabalhar a partir das possibilidades do campo. (...). Há dificuldades por parte da maioria dos professores para ressignificar o campo e começar a construir uma prática didático-pedagógica referenciada nas possibilidades do campo contemplando as suas especificidades¹⁵.

Como contraponto a esta situação, entidades da sociedade civil organizada começam a gestar propostas de formação de professores tendo como princípio norteador a convivência com o SAB, formando os professores a partir das questões que a realidade impõe, possibilitando uma prática educativa que seja perpassada pelo conhecimento das condições de vida, que implica em questionamentos/investigações e numa nova forma de construção/transformação do processo de ensino-aprendizagem¹⁶.

A formação é pensada a partir do entrelaçamento das diversas áreas do conhecimento, possibilitando a compreensão de um contexto social bem mais amplo e das múltiplas relações que são estabelecidas, produzidas e reproduzidas, tendo por base a **relação** global e local, rural e urbano, micro e macro, seca e chuva, homem e mulher, conflitos de geração, paz e guerra. Além de favorecer um conhecimento holístico, estas propostas acenam com a possibilidade de elaboração de novas atitudes, comportamentos e procedimentos no

¹³ LINS; SOUSA; PERREIRA, 2004: p. 96

¹⁴ RELATÓRIO RESAB, 2004, p. 17

¹⁵ RELATÓRIO CPT/SERTÃO, 2005, p. 6

¹⁶ Entre as experiências se destacam as realizadas nos municípios de Curaçá, Canudos e Uauá BA.

relacionamento com o meio e com formas sustentáveis de convivência, promotoras de uma autonomia reflexiva e propositiva de uma nova ordem social.

Essa mudança de significados envolve a compreensão de que a seca não é fenômeno natural que pode ser “combatida”, mas que é possível construir formas de lidar com essa realidade e transformá-la, possibilitando perceber o cotidiano como objeto de indagação e questionamento que se entrelaça a outros campos da vida.

Contudo, a operacionalização destas propostas depende da elaboração e execução de políticas públicas que possibilitem a formação continuada ultrapassando a formação inicial. A formação continuada poderá trazer melhorias para a ação pedagógica, para os referenciais teóricos e para as metodologias utilizadas no ensino, sendo ofertada como uma política pública de valorização do magistério, a fim de preencher as lacunas da formação inicial.

A discussão sobre o livro didático, a contextualização do currículo, a formação de professores e a gestão escolar tem estado presente nos vários eventos realizados pela RESAB, pela CPT/Sertão, pela CAAASP e pela Rede Educação do Alto Sertão. Entre esses eventos podem ser destacados o II Seminário sobre Educação do Campo¹⁷ e a I Conferência Estadual sobre Educação para a Convivência com o Semi-Árido¹⁸.

No que se refere à questão da contextualização do currículo e do material didático as discussões vêm apontando como encaminhamentos que devem ser preservados e observados na elaboração das políticas públicas de educação para o semi-árido:

- a redefinição, junto às instâncias governamentais responsáveis pela elaboração e execução das políticas educacionais, de uma política de escolha do livro didático, propondo e discutindo novos critérios de seleção, bem como a destinação de recursos para apoiar publicações regionais;
- a valorização e o reconhecimento dos/as alunos/as, dos pais e mães, dos/as professores/as e das comunidades como sujeitos e fontes de saber que podem contribuir para tornar o trabalho contextualizado mais significativo;
- o conhecimento, respeito e consideração das experiências, trabalhos e produções que já existem e que apontam um caminho para a educação contextualizada com o Semi-árido.

Como encaminhamentos necessários e essenciais à formação de professores qualificados para a convivência com o SAB, e de uma formação continuada, estão sendo apontados:

- a valorização da pesquisa escolar como espaço de construção de conhecimentos em história local e suas relações com a História do Brasil e com a História Geral;

¹⁷ O II Seminário sobre Educação do Campo reuniu lideranças de 20 assentamentos da reforma agrária, professores/as em exercício nas escolas dos assentamentos, gestores/as dos sistemas municipais de educação, além de membros da sociedade civil organizada (CPT, CAAASP, RESAB, UFCG).

¹⁸ Realizada em Patos nos dias 05 e 06 de junho de 2004 com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate sobre a educação escolar e a convivência com o semi-árido.

- a construção de relações consistentes entre a escola e a família mediada pelo projeto de vida de convivência com Semi-árido;
- a interação entre os/as professores/as e os trabalhadores/as que experimentam ações de convivência com o semi-árido;
- a promoção de ações pedagógicas que ofereçam condições ao/a educador/a para a construção de atitudes positivas quanto à educação para a convivência com o semi-árido, que permitam a construção de conhecimentos científicos sobre o Semi-árido Brasileiro em todos os seus múltiplos aspectos (históricos, geográficos, culturais, ambientais etc).

A vivência de relações democráticas e isonômicas entre a sociedade civil e as várias instâncias do poder público vem sendo apontada como principal encaminhamento a ser perseguido no que se refere a gestão educacional. Destacam-se ainda:

- a constituição de conselhos escolares compostos por diretores, representantes dos professores, do corpo técnico-administrativo, das entidades estudantis, dos pais ou responsáveis, organizações comunitárias, com a composição norteada pela prática democrática;
- a participação e o comprometimento com a realidade local, a valorização profissional, a adoção de políticas públicas de inclusão como princípios fundamentais dos Conselhos Escolares e dos Conselhos Estaduais.

Ao refletir as relações entre as escolas do campo e a convivência com o semi-árido, permeadas pelo diálogo entre os movimentos sociais e as instâncias governamentais, os encaminhamentos apontam na direção da:

- realização de cursos de especialização que abordem as temáticas da Educação do Campo e da Convivência com o semi-árido, possibilitando a formação continuada dos professores da rede pública que já estão em exercício;
- participação de qualidade da sociedade civil organizada nos Conselhos Municipais de Educação, garantindo à população, o acesso a informação sobre a gestão financeira do sistema educacional dos municípios e enquanto espaço político de elaboração, execução e gestão das políticas públicas da educação;
- articulação com as universidades públicas para que sejam constituídos espaços e fóruns de discussão e de produção de saberes sobre a Educação do Campo nestas instituições e que as mesmas se tornem referências no debate sobre a temática e sobre a Convivência com o semi-árido;
- agilização da inclusão digital nas Escolas do Campo como forma de melhorar o entendimento dos alunos e dos professores.

Outra questão que vem sendo apontada como necessária para a viabilização de uma

perspectiva de educação que considere a convivência, a sustentabilidade e a cidadania é o comprometimento das associações dos assentamentos com a escola. Neste sentido, vem sendo sugerido como encaminhamentos:

- a discussão dos problemas da educação escolar dos assentamentos como preocupação permanente das assembléias de moradores, possibilitando a construção de mecanismos de interação e negociação com o poder público;
- o trabalho permanente da problemática da educação com agentes de pastorais, lideranças dos assentamentos, professores, articuladores e coordenadores qualificando-os para a contextualização da educação;
- a participação efetiva e permanente dos professores/professoras nos eventos e experiências resgatando a história dos assentamentos.

No que se refere à qualificação dos/as professores/as para a promoção da articulação da escola com a produção dos diversos modos de vida nos assentamentos os encaminhamentos estão apontando no sentido de:

- o/a professor/a deve ser investigador/a, questionador/a da vida local da comunidade, conhecendo a realidade do/a aluno/a, participando da vida e convivendo com as pessoas da comunidade;
- os/as educadores/as devem respeitar as diversidades e a multiplicidade de culturas existentes no semi-árido;
- as secretarias municipais de educação devem dar espaço, nas reuniões de planejamento, para a formação teórica do/a professor/a para a convivência com o semi-árido.

De acordo com essas concepções, a inserção da lógica da convivência com o semi-árido no contexto da educação se apresenta como possível a partir do momento em que o conhecimento da realidade implica a construção de um novo processo educativo, o qual, ancorado numa nova escola, contribuirá para a (re)significação das relações estabelecidas entre homens, mulheres e natureza; para a organização de um ensino/aprendizagem propulsor de novas possibilidades de vida e que esteja comprometida com o processo de inclusão social e desenvolvimento humano sustentável no SAB.

Portanto, para que possamos contribuir com a construção de um projeto de educação que tenha como parâmetro a democratização de saberes e a construção de novos fazeres, é necessário que se desenvolvam novas práticas e idéias educativas, pautadas no respeito às diferenças culturais, étnicas, de geração e de local.

Desse modo os/as professores/as que exercitam o magistério no SAB enfrentam o desafio de produzir conhecimentos considerando as relações de poder culturalmente estabelecidas e devem assumir um novo perfil profissional que se assente em uma prática pedagógica

melhor qualificada e no prazer de ensinar e aprender fazendo. Assim, “(...) o abstrato no mundo do conhecimento faz-se real na concretude do contexto em que a escola está envolvida”¹⁹.

No que diz respeito às Políticas Públicas de Educação, por exemplo, o desafio de todos os que têm comprometimento com uma educação de qualidade é o de fiscalizar a aplicação das leis que as normatizam e lutar para que estas possam efetivamente contribuir com mudanças numa realidade educacional tão diversa como a do campo brasileiro, para que as relações de poder/saber instituem o respeito à pluralidade e à diversidade de culturas, credos, raças, idéias; a descentralização, transparência e gestão compartilhada; a valorização do magistério e favorecimento das condições de aperfeiçoamento e de formação continuada e permanente dos/as educadores/as e a defesa incondicional da escola pública, gratuita e de qualidade no semi-árido e no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

LINS, Claudia Maisa A.; SOUSA, Edineusa Ferreira; PERREIRA, Vanderléa Andrade **Conhecendo o Semi-árido: educação e contexto**. Juazeiro: RESAB/UNICEF, 2005. Versão Preliminar.

_____, **Educação para a Convivência com o Semi-árido – A proposta de elaboração de um livro didático**. In. RESAB. Secretária executiva. Educação para a convivência com o semi-árido: Reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Secretária Executiva da Rede de Educação do Semi-árido brasileiro. 2004: p.92 – 120.

Parecer nº 36/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovado em 04 de dezembro de 2001.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do campo e desenvolvimento rural. sustentável: avaliação de uma prática educativa**. Juazeiro – Bahia: Gráfica e Editora Franciscana, 2004

Relatório da Rede Educação do Alto Sertão paraibano. Cajazeiras-PB, CPT/Sertão. Novembro de 2005.

Relatório I Conferência Estadual sobre Educação para a Convivência com o semi-árido. Patos-PB, RESAB. Junho de 2004.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a convivência com o semi-árido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá**. São Paulo: Pirenópolis, 2003.

¹⁹ SOUZA; REIS, 2003. p. 19.

RESUMO

Este trabalho resulta da pesquisa “Políticas públicas de educação e relações de poder em assentamentos rurais”. Analisa as políticas públicas voltadas para a educação e suas implicações sócio-culturais para o processo de produção e socialização de saberes no Alto Sertão Paraibano. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análises bibliográfica e documental (pareceres e resoluções). Nos textos analisados, verificou-se a preponderância da concepção de que a educação deve estar comprometida com a cidadania e as especificidades regionais e de que a escola deve contribuir para a produção de saberes significativos. Entretanto, nas áreas de assentamentos rurais do Alto Sertão Paraibano, a educação escolar não se coaduna com: contextualização, flexibilização, respeito às diferenças, sustentabilidade etc. A inserção da lógica da convivência com o semi-árido, no contexto da educação, e a organização de um ensino/aprendizagem comprometido com a inclusão social e com o desenvolvimento humano sustentável se apresentam como possibilidades a partir do momento em que o processo educativo implique na (re)significação das relações de poder/saber estabelecidas entre homens, mulheres e natureza e na construção de conhecimentos significativos para o Semi-Árido.

Palavras-chaves: Políticas públicas; educação contextualizada; relações de poder; convivência com o semi-árido.